
Mega FM: uma rádio comunitária autêntica

Cláudia Regina Lahni¹

Resumo: Programação diversificada, gestão coletiva e portas e microfones abertos à participação. Essas são características que marcam a história da Mega FM, uma rádio comunitária autêntica da cidade de Juiz de Fora. Sua trajetória contribuiu para a identidade dos moradores do Santa Cândida – onde ficava a sede da emissora –, Vila Alpina e São Benedito, entre outros, bairros da periferia do município. As possibilidades do exercício da cidadania das pessoas que participaram da “comunitária de verdade” – *slogan* da rádio – foram apontadas em estudo, que tem como base teórica trabalhos de Mario Kaplún, Paulo Freire e Cíclia Peruzzo. Deste estudo, destacamos aqui parte referente à história da Mega FM.

Palavras-chave: rádio comunitária; comunicação comunitária; cidadania

Abstract: A diversified programming, collective management and both microphones and doors open to participation. These are features that mark the history of Mega FM, an authentic community radio in the city of Juiz de Fora. Its course contributed to the identity of the residents of Santa Candida – where the broadcasting station headquarter was situated –, Vila Alpina and São Benedito, among others districts from the town outskirts. The possibilities of citizenship exercising by the people who took part in the “truly community” – the radio slogan – were pointed in a study, which has works of Mario Kaplún, Paulo Freire and Cíclia Peruzzo as the theoretical base. The part of this study concerning Mega FM history is highlighted here.

Keywords: community radio; community communication; citizenship

Introdução

Gestão coletiva, programação diversificada e portas e microfones abertos à participação foram algumas das características que fizeram da Mega FM uma rádio comunitária autêntica. O termo define uma emissora feita pela e para a comunidade, de fato, como foi a Mega, comunitária situada no bairro Santa Cândida, na cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais, que atuou de 1997 a 2005. Sua constituição como autêntica e as possibilidades de cidadania associadas à participação na rádio já foram

¹ Doutora em Comunicação (ECA-USP). Professora da Faculdade de Comunicação e do PPGCOM (Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJF).

apontadas em outro trabalho (Lahni, 2005). Neste artigo², apresentamos um breve histórico da Mega FM e observamos sua importância para a identidade dos moradores da região onde ficava sua sede. A fundamentação teórica do trabalho tem como base apontamentos de Mario Kaplún, Paulo Freire, Círcia Maria Krohling Peruzzo e outros autores que tratam de história e cidadania.

Fatos diversos mostram o reconhecimento alcançado na cidade e também em nível nacional pela Mega FM, graças à sua importância e à congregação de pessoas feita pela Rádio. Entretanto, a emissora teve seu transmissor lacrado pela Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), em 2003. Teve o pedido de deslacre denegado por Brasília, em 2004. Em 2002, seu pedido de autorização foi negado pelo Ministério das Comunicações, que garantiu concessão, na mesma área, a uma rádio evangélica, a Life³. Em 2004, a Mega foi informada pelo Ministério das Comunicações que seu novo pedido de autorização e de revisão do processo foi arquivado, em função da existência na região de outra rádio “comunitária”, a Life. Em 2005, dois coordenadores da Mega foram processados.

As várias negativas que a emissora já recebeu pelos seus pedidos para funcionar sem interferência da polícia federal e da Anatel e a história de resistência da Mega certamente não são as únicas do país. Mas a reflexão quanto ao assunto, a partir da vida da Rádio, pode ampliar o questionamento e contribuir para mudanças de atitude no que diz respeito à radiodifusão no Brasil, que sem dúvida requer outra e possível organização.

Agnes Heller (2000:12) escreve que “uma escolha é tanto mais valiosa – em sua totalidade – quanto mais valores permite realizar e quanto mais intensa e rica é a relativa esfera de possibilidade”. Ao exemplificar, a autora cita Marx, para quem “o proletariado é [...] a classe que através de sua própria liberação liberta toda a humanidade da exploração; e essa liberação dá lugar à explicação de uma infinidade de valores, incluído [...] o fato valioso de que todo indivíduo da sociedade pode apropriar-se desses valores e realizá-los”.

Edward Hallet Carr (1987), ao refletir sobre a história e sua escrita, propõe-nos a indagação “quem é o historiador” e, a partir da resposta, a avaliação a respeito dos relatos já realizados. Esses e outros autores nos questionam sobre as histórias que estão para ser escritas e o que podemos fazer diante disso.

Por sua vez, Norberto Bobbio (1992:96,144,145) aponta a resistência como necessidade, de certa forma garantida no preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, ao citar que os direitos enumerados na seqüência “devem ser protegidos, ‘se se quer evitar que o homem seja obrigado, como última instância, à rebelião contra a tirania e a opressão’”. Para o autor, “é como dizer que a resistência não é um direito, mas – em determinadas circunstâncias - uma necessidade”.

² Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada no VI Congresso Nacional de História da Mídia, realizado em maio de 2008, na Universidade Federal Fluminense.

³ O coordenador da Life é André Mariano, filho do Pastor Mariano, vereador em Juiz de Fora pelo PSDB.

Vale lembrar também que Bobbio (1992:152) destaca a importância da *participação* para a democracia e o exercício de cidadania. Ele cita o controle popular dos meios de informação e de propaganda, entre propostas para reavivar a participação política.

Neste trabalho vamos tratar da história de uma rádio cujo controle, de fato, estava nas mãos dos moradores que vivem em uma região da periferia (da cidade, do mundo). Diante de toda a negação oficial que lhes foi imposta, as pessoas que participavam da Mega FM tinham a necessidade de resistir para ter assegurado seu direito à liberdade de expressão e a uma vida digna. Ousaram, resistiram e transmitiram cultura e rebeldia.

Participação e cidadania

Para o educador Paulo Freire (1978:24), “transformar o mundo através de seu trabalho, ‘dizer’ o mundo, expressá-lo e expressar-se são o próprio dos seres humanos. A educação, qualquer que seja o nível em que se dê, se fará tão mais verdadeira quanto mais estimule o desenvolvimento desta necessidade radical dos seres humanos, a de sua expressividade”.

Nesse sentido, vale ressaltar o papel desempenhado pelas rádios comunitárias, que podem ser um espaço para a expressão das classes populares, em sua maioria alijadas dos meios de comunicação de massa. É o caso da Mega FM, que, desde sua fundação, por moradores do bairro, abria o microfone para a fala de pessoas da periferia. Isso tem uma forte dimensão educativa, pois, seja uma fala esporádica ou uma fala freqüente na forma de um programa, a pessoa terá refletido sobre o que dirá e terá oportunidade de se expressar. Quando se tratava de propor um programa na emissora, o morador devia fazer um projeto e apresentá-lo em reunião, para que os demais, que já atuavam na Rádio, o aprovassem sem ou com questionamentos. Assim se tinha a possibilidade de se expressar e de decidir no coletivo.

Freire reflete sobre o “silêncio” em que se acham as classes populares, dominadas pela prescrição de uma palavra transmissora de uma ideologia da acomodação. O reforço disso resulta na “cultura do silêncio”, própria de estruturas fechadas como a do latifúndio – por exemplo, como temos na comunicação no Brasil. Conforme o educador, na cultura do silêncio, pensar é difícil; dizer a palavra, impossível. Freire salienta o enfrentamento à cultura do silêncio. É necessário tomar a história na mão e transformar a realidade opressora e a sociedade como um todo. Falar em uma rádio comunitária pode significar sair da cultura do silêncio. Dar a palavra, como em uma emissora comunitária, pode ser o início ou o reforço para se tomar a história pela mão e transformar a realidade.

O educador salienta a importância da liberdade de expressão e de escolha e aponta que “é exatamente por isto que, numa sociedade de classes, seja fundamental à classe dominante estimular o que vimos chamando de cultura do silêncio, em que as classes dominadas se acham semimudas ou mudas, proibidas de expressar-se autenticamente” (Freire, 1978:49).

Conforme ele, a maneira de “pronunciar o mundo”, por parte das classes dominadas, demanda sua organização revolucionária visando à abolição das estruturas de opressão. A organização da massa popular, para a mudança, implicaria haver uma vanguarda lúcida.

Cicilia Peruzzo (1999:285) salienta que “fazendo de súditos cidadãos, a cidadania é um arcabouço social que requer o envolvimento das pessoas, condicionando-se seu *status* à qualidade da participação”. A autora lembra a Declaração Universal dos Direitos Humanos que estabelece o direito à participação e a Conferência das Nações Unidas, de 1976, a qual firmou que “a participação popular é um direito humano, um dever político e um instrumento essencial de construção nacional” (Peruzzo, 1999:275).

A comunicação é uma das possibilidades para o exercício desse direito e dever. Quanto a isso, Peruzzo avalia que criticar a manipulação das grandes redes é pouco. É preciso ocupar espaços e se organizar para descentralização e reordenamento dos meios. Afinal, “eles são bens públicos, no sentido de que pertencem à União e, portanto, à coletividade, devendo, como tais, estar prioritariamente a serviço do bem-estar comum e não de pessoas ou grupos que detêm o poder de controlá-los” (Peruzzo, 1999:277,278).

Em outra linha, a comunicação popular participativa se articula com práticas sociais que reivindicam direitos e o alargamento da cidadania. As contribuições dessa comunicação são de grande importância: “as experiências mostram que a comunicação popular participativa dá seu aporte à edificação de uma cultura e uma educação democrática. Ela ajuda a conhecer, resgatar e valorizar as raízes do povo” (Peruzzo, 1999:302).

Não obstante toda a importância da participação, Peruzzo (1999:276) ressalta que “a participação popular implica uma decisão política e o emprego de metodologias operacionais que a favoreçam. Em matéria de comunicação, não basta incentivar o envolvimento. É necessário criar canais para tanto e mantê-los desobstruídos”.

Conforme Mario Kaplún (autor que fez reflexões e trabalhos práticos com possibilidade de participação, por uma comunicação horizontal e uma sociedade democrática), a participação organizada não é meta fácil de alcançar. A seu ver, “se começa a compreender que não há desenvolvimento sem uma participação consciente dos setores populares, em que estes se mobilizem, assumam um papel protagonista e sejam criadores de suas próprias soluções”⁴ (Kaplún, 1984:10). Ele considera que a participação é característica de uma sociedade democrática, voltada para o desenvolvimento. As associações diversas são escolas práticas de participação, em que o povo vai construindo pouco a pouco seu próprio espaço e criando suas formas solidárias, democráticas e autogestionárias.

Para Kaplún (1984), a opção pela comunicação participativa é em favor da educação e do desenvolvimento, além da ética, dentro da democracia. Ele apresenta e

⁴ Tradução da autora para todas as citações do pesquisador.

defende uma forma de comunicação horizontal entre grupos, o cassete-fórum, que tem como componentes tecnológicos, o gravador e fitas cassetes e, como componente metodológico, o fórum – reuniões dos grupos para debater determinados temas as quais são parcialmente gravadas e repassadas aos demais. O autor considera que o rádio teria vantagens sobre o cassete, mas não estaria, entretanto, ao alcance da população.

Kaplún enumera como vantagens do cassete-fórum a desmitificação do meio, a participação direta, a espontaneidade de expressão, o fato de que todos são alternadamente emissores e receptores, o envolvimento da juventude inclusive para ser novos dirigentes e o número cada vez maior de participantes. O autor enfatiza as qualidades informativas e formativas do cassete-fórum e menciona como objetivo, entre outros, “que o programa dê como fruto um crescimento da consciência crítica e solidária de seus participantes” (Kaplún, 1984:36). Avaliamos que todas essas vantagens podem se aplicar à rádio comunitária.

Bobbio (1992) também salienta a importância da participação popular para a democracia. E cita –conforme já mencionamos -, como remédio para reavivar a participação política, o controle popular dos meios de informação e de propaganda.

Participação e comunicação são temas refletidos por Peruzzo também em outro trabalho. Sobre a ampliação de direitos, a autora avalia que, além de ter direitos políticos e outros respeitados, “em pleno século XXI, ser cidadão significa [...] também comunicar-se através dos meios tecnológicos que a humanidade desenvolveu e colocou a serviço de todos” (Peruzzo, 2002:85). Peruzzo (2004) reforça a importância da comunicação para a cidadania. A seguir veremos fatos da história de uma rádio comunitária e sua relação com a cidadania e identidade das pessoas que nela participavam.

A comunitária de verdade

No dia 19 de junho de 2003, no Espaço Mezcla, em Juiz de Fora, uma festa comemorou os seis anos de atividade da Rádio Mega FM, “a comunitária de verdade” – *slogan* da emissora que tem registro em cartório como Sistema de Radiodifusão Comunitária do Bairro Santa Cândida. O evento contou com apresentações musicais da Banda da Cultura Racional (que ocorreu na rua em frente ao Mezcla), da Posse de Cultura Hip Hop Zumbi dos Palmares, da Galera de Cristo, do grupo musical Eminência Parda e do Coral Sesiminas, além da homenagem a sete pessoas que contribuíram para a existência da Rádio. Entre os homenageados estava Luiz da Conceição Bispo, o DJ Nonô, técnico em eletrônica, residente no bairro Santa Cândida, um dos fundadores da Mega FM.

Em 1996, quando se iniciaram as discussões para organizar a Rádio Mega FM, Nonô estava realizando um trabalho para o Grêmio Estudantil da Escola Estadual Professor Cândido Motta Filho, segundo conta Adenilde Petrina Bispo, que era

coordenadora da Rádio⁵. O objetivo era implantar uma radioescola, colocando caixas de som no estabelecimento, para divulgar as ações do Grêmio. Também em 1996, entretanto, deu-se o fim de um programa com apresentações de samba, pagode, hip-hop, funk, feitas por moradores de bairros. O programa era veiculado por uma rádio comercial de Juiz de Fora e, com a venda da emissora para uma igreja evangélica, parou de ser transmitido.

Diante da necessidade do Grêmio de passar informações para a população do bairro, sobre atividades desenvolvidas pela entidade, e da vontade de dar prosseguimento às apresentações musicais dos moradores, surgiu a idéia de montar uma rádio comunitária.

Uma vez tomada a decisão de organizar uma emissora comunitária, os primeiros participantes divulgaram pelo bairro a realização de uma assembléia, na escola, para discutir a iniciativa. Essa divulgação foi feita oralmente, pelos componentes do Grêmio, Nonô e alguns vizinhos, que passaram de casa em casa e abordaram pessoas nas ruas, abrangendo dessa forma boa parte dos bairros Santa Cândida e São Benedito. Cerca de cem pessoas participaram da assembléia, que ocorreu no dia 25 de março de 1997.

Para a ocasião, os primeiros participantes já tinham entrado em contato com integrantes da Rádio Novos Rumos, de Queimados, uma comunitária do Rio de Janeiro⁶, e apresentaram um resumo de sua experiência. Também para aquele primeiro encontro geral, já foi levada uma proposta de estatuto para o funcionamento da emissora como associação. Esse estatuto, aprovado por aclamação, segundo Adenilde, foi escrito por moradores do bairro que buscaram subsídios em experiências de comunitárias em outras cidades.

Houve, ainda, debate para definir a diretoria da emissora. Eleita a diretoria e aprovado o estatuto, foi debatida a programação. As pessoas se apresentaram para fazer programas diversos, que incluíam hip-hop e outros. Assim, também a primeira programação foi definida em assembléia.

Como Adenilde observa, desde a fundação, algumas pessoas saíram, outras entraram e houve mudanças na programação da Rádio. Mas a discussão coletiva, com a participação de todos os interessados, visando ao trabalho junto com a comunidade, sempre esteve presente. A ex-coordenadora salienta que, desde o início, os objetivos da Mega FM foram transmitir informação, valorizar a cultura da região e promover a solidariedade e a conscientização.

⁵ Essas informações provêm de entrevistas, concedidas por Adenilde Petrina Bispo a esta pesquisadora, em maio de 2003, e de documentos da Rádio Mega FM, tais como atas de reuniões, avaliações de programas e da emissora, ofícios de apoios recebidos, entre outros.

⁶ Cicilia Peruzzo (1999:255) aponta a Rádio Novos Rumos, em Queimados, na Baixada Fluminense (RJ), como uma experiência importante de rádio comunitária. Segundo ela, a emissora surgiu em dezembro de 1990 e chegou a ser fechada, mas foi reaberta graças à mobilização popular. Sua estrutura conta com associados, que pagam uma mensalidade de R \$ 2,00, um conselho executivo, um de programação e um de fundadores.

A vontade de trabalhar de forma coletiva, pela comunidade, está expressa no estatuto da emissora, que se constitui juridicamente como associação, registrada em cartório. No estatuto, o Artigo 1 estabelece que “O Sistema de Radiodifusão Comunitária do Bairro Santa Cândida é uma associação sem fins lucrativos, voltada para a defesa da democratização da comunicação e da informação”. Assim, a Mega FM foi ao ar pela primeira vez em 19 de junho de 1997, tendo como sintonia o 90,7.

Não demorou muito e várias pessoas passaram a participar da Rádio, fazendo programas radiofônicos, contribuindo pessoal ou financeiramente, enviando cartas e ligando para a emissora. Adenilde conta que “no começo a Rádio recebia uma média de 60, 70 telefonemas por dia”. Em 2003, essa média girava em torno das 40 ligações diárias.

A emissora, como consta em seu estatuto, também se define sem vínculo partidário e não defende uma religião⁷, assinalando que seu único compromisso é com a comunidade. Algumas ações, coberturas e entrevistas marcam, em especial, a trajetória dessa grande FM. De forma resumida, relatamos uma parte dessa história, cronológica e tematicamente apresentada na medida do possível.

Cobertura do Carnaval

A Mega realizava desde 1998 a cobertura do carnaval, em Juiz de Fora. Para Adenilde, aquela primeira cobertura foi marcante. Ela conta que, na ocasião, os participantes da Rádio decidiram fazer a cobertura do carnaval e, a partir de discussões entre eles, definiram o formato. Foi feito um programa diário, veiculado às 12 horas, durante os dias da festa e os que a antecederam e a sucederam. Quem o preparava e apresentava era o Repórter Cara-de-pau, personagem criada pelos participantes da Mega e interpretada por Antonio Roberto Salme.

Conforme combinado, Antonio Roberto entrevistava pessoas em ensaios, bailes e desfiles de escolas de samba e de blocos, durante a noite. Na madrugada, ele deixava as fitas na caixa do correio da sede da emissora. No dia seguinte, outros participantes ouviam as gravações, faziam uma pequena edição, se necessário, e transmitiam. Ainda em 1998, o bloco do Santa Cândida fez e desfilou, no bairro, um samba que homenageava a Mega FM.

Nos anos seguintes, com a entrada na Mega de Régis de Oliveira, o Régis da Vila, que tem participação junto às organizações e lideranças do samba na cidade, a cobertura do carnaval passou a ter a sua coordenação.

⁷ A religiosidade sempre foi constante na Mega FM, porém de forma plural. A emissora transmitia programas católicos – das CEBs e de carismáticos – e da cultura racional. Também veiculou programa de candomblé e espíritas. Entre os documentos de apoio para a Rádio estão os de líderes dessas religiões, da umbanda e outras.

Debate eleitoral

Também em 1998, a Mega FM convidou para um debate político, na emissora, Itamar Franco (nascido em Juiz de Fora), do PMDB, e Eduardo Azeredo, do PSDB, os principais candidatos ao governo do estado de Minas Gerais. Conforme foi acordado, o debate deveria ser realizado entre Murílio Hingel (secretário de Educação no governo estadual, na gestão de Itamar) e Custódio Antônio de Mattos (prefeito de Juiz de Fora na gestão 1993-1996, eleito deputado federal em 2002), respectivos representantes dos candidatos ao governo estadual.

Murílio Hingel compareceu à Mega FM e, em entrevista ao vivo, durante cerca de uma hora e meia foi interrogado pelo Sr. João Alberto de Souza e Silva, integrante da Rádio. Nenhum representante da candidatura do PSDB compareceu, o que era mencionado a todo momento pelo Sr. João Alberto, durante a transmissão da entrevista, cujo horário estava organizado para ser um debate eleitoral.

Informação sobre direitos

As informações sobre direitos sempre foram uma constante na emissora do bairro Santa Cândida. Além de permear toda a programação da Mega, o assunto teve espaço próprio no Programa Direito Popular DABC (Diretório Acadêmico Benjamin Colucci), da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora.

No programa, que era semanal, além de fornecer informações gerais sobre direitos e deveres, acadêmicos de Direito da UFJF respondiam dúvidas da população sobre esse tema. O Direito Popular, iniciado em 1998, teve duração aproximada de um ano e meio, segundo Adenilde, e foi interrompido após a troca de direção do D.A., embora houvesse interesse da comunidade pelo programa.

Democratização da comunicação

Ainda em 1998, ano seguinte ao de sua fundação, diante da campanha de empresários da comunicação contra emissoras sem concessão e do fechamento de várias no Brasil, por parte do Ministério das Comunicações, o que também atingiu Juiz Fora, a Mega FM realizou um debate com integrantes de rádios comunitárias do município. Todas as comunitárias foram convidadas a participar, e representantes das emissoras estiveram na Mega, onde o debate teve lugar, ou entrevistaram por telefone. O evento contou com a presença de Caribé, que era presidente da Associação de Rádios Comunitárias de Minas Gerais.

O movimento em defesa das rádios comunitárias e pela democratização da comunicação foi para as ruas em 1999, com passeata e manifestação no centro da cidade, com participação de integrantes da Mega.

Auto-avaliação e o exemplo da Rádio Favela FM

A agitação em 1999 não cessou na passeata, mas incluiu uma parada para reflexão sobre a entidade. Isso porque, na avaliação da coordenadora, “as pessoas que estavam na Rádio se acomodaram, eles deixaram de ser guerreiros para ser programadores comuns”. Essa análise resulta do fato de os participantes, recebendo uma média de 65 telefonemas por dia na emissora, afirmarem que somente iriam tocar música, dizer o nome e receber ligações telefônicas. Tais procedimentos equivalem àqueles feitos por grande parte das rádios comerciais, em especial as FMs, que pouco transmitem informação, principalmente a local. Mas isso ia contra os princípios da Rádio, que deveria divulgar a cultura local e outras informações importantes para o bairro.

Assim, decidiu-se, em reunião, o fechamento da Mega, que não foi ao ar durante um mês. Naquele período, mesmo sem o funcionamento da emissora, os participantes tinham reuniões semanais para avaliar o que havia se dado até o momento, se valia a pena voltar ao ar e como. Resolveram também visitar a Rádio Favela, em Belo Horizonte, para saber de seus integrantes como era a organização da emissora no seu dia-a-dia, o enfrentamento com a polícia e com a Anatel. Essa rádio atuou, como comunitária, por vinte anos, sem autorização e depois obteve concessão de educativa.

Fortalecer a Sociedade Pró-Melhoramentos

Com a retomada do funcionamento da Mega, ainda em 1999, os integrantes da emissora realizaram uma campanha para fortalecer a Sociedade Pró-Melhoramentos (SPM) do Santa Cândida, a partir da participação das pessoas do bairro. Duas chapas disputavam a diretoria da entidade, para a qual existe eleição a cada dois anos. Além de divulgar informações sobre o pleito e a associação, membros da Mega iam de casa em casa para esclarecer sobre a importância da entidade e da participação dos moradores.

A Mega realizou um debate com os dois candidatos à presidência da SPM, Luiza F. Landin, da Chapa 1, e Genésio da Silva, da Chapa 2. Ambos foram convidados por ofício, datado de 2 de outubro de 1999, para o evento a ser realizado no dia 23, com reunião preliminar no dia 16, para estabelecimento das regras do debate. O ofício para convite informava que “o objetivo deste empreendimento é esclarecer os eleitores e dar oportunidade aos candidatos de apresentarem suas metas de trabalho”. Para Adenilde, o resultado da campanha foi muito positivo, tanto que as eleições, às quais poucos compareciam anteriormente, passaram a incluir cerca de dois mil votantes.

Valorização da cultura popular

A valorização da cultura popular, por parte da Mega FM, dava-se de diversas formas. Para exemplificar, a Rádio tanto realizava a cobertura do carnaval, uma festa

popular nacional com expressão local, como resgatava histórias e organizava apresentações artísticas do bairro.

Nessa segunda linha de atuação, o ano de 1999 também foi marcado pelo início do Mega Fenômeno, que durou cerca de um ano e meio. Definido por Adenilde como “de assombração”, tratava-se de um programa veiculado pela emissora às sextas-feiras, à meia-noite, que apresentava lendas e histórias populares.

Para produzir o Mega Fenômeno foi criado o Grupo de Teatro da Mega. Os participantes pediam que pessoas mais velhas do bairro lhes contassem casos, com temas que incluíam mula sem cabeça, por exemplo. A partir do depoimento, integrantes do Grupo encenavam a história, que ia ao ar com uma sonoplastia apropriada.

Trabalho conjunto com hip-hop

Na Mega, o hip-hop sempre teve espaço, tanto em programas específicos quanto na formação e trabalho conjunto com posses. Assim, na Mega se organizou, em 1999, a Posse Missionário Antônio Conselheiro e, depois, a Posse de Cultura Hip-Hop Zumbi dos Palmares (PZP). A comunitária realizou diversas atividades em conjunto com as posses de hip-hop.

Em 2000, MCs (mestres de cerimônia) e outros integrantes do movimento hip-hop de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo estiveram em Juiz de Fora, para um encontro promovido pela Mega e pela Posse Missionário Antônio Conselheiro, que reuniu cerca de 50 pessoas. Além de entrevistas e raps na emissora, os participantes do hip-hop debateram o movimento. O evento se chamou Hip Hop Ataca. Em 2001, nos mesmos moldes, a Mega e a PZP promoveram o Hip Hop Contra-ataca.

“Nós percebemos a importância do hip-hop para transformar a juventude, porque a Rádio Mega ela sempre foi muito freqüentada por jovens, e eram jovens todos em situação de risco. Através da cultura hip-hop, a gente percebeu que seria um gancho pra ganhar esse pessoal, então nós começamos a investir no hip-hop”, conta Adenilde (Bispo, 2003). A situação de risco mencionada envolve pobreza, desemprego, violência e, principalmente, uso e tráfico de drogas.

Informação: direito necessário para exercer direitos

No arquivo de documentos da Mega, encontramos três ofícios da Justiça Eleitoral do ano 2000, um ofício de 2002 e um de 2004, solicitando à emissora a divulgação de informações a respeito das eleições, apuração, trabalho de mesários e convocando-a para reuniões. Assim, a partir de 2000, a emissora passou a transmitir informações sobre pleitos municipais, estaduais e nacionais, a partir de convite da Justiça Eleitoral.

Também nesse período uma repórter popular da Mega FM cobriu uma reunião, no dia 11 de setembro de 2000, no restaurante universitário do Centro, cujo objetivo era debater e assinar a Carta de Princípios da Campanha Contra a Corrupção Eleitoral. O evento contou com as presenças do então arcebispo de Juiz de Fora, Dom Clóvis Frainer, da reitora da UFJF, Maria Margarida Martins Salomão, e de representantes de mais de vinte entidades do movimento social. No final, a professora Cristina Castro, da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, informou aos participantes a respeito da Marcha Mundial das Mulheres e suas atividades que seriam realizadas no município.

A presença da Mega nesses e em outros eventos, com o tema das eleições, e a informação da emissora à comunidade – que participava do processo de produção da notícia – mostram-nos que a Rádio cumpria seus objetivos de democratizar a comunicação e transmitir informação. Essa comunitária era, assim, um instrumento para o direito à informação.

Entrevistas com autoridades e artistas

Margarida Salomão, então reitora da UFJF, entre outras vezes, foi entrevistada no estúdio da Mega, por integrantes da emissora, em 2000. Os principais assuntos da entrevista foram a Universidade e a Educação no país. Em 2001, para serem entrevistados, em ocasiões diferentes, estiveram na emissora o então prefeito de Juiz de Fora, Raimundo Tarcísio Delgado (PMDB), e o então deputado federal Paulo Delgado (PT).

Além de políticos, autoridades e outros, a Mega recebia e entrevistava artistas tanto do município como de outras localidades. Bezerra da Silva esteve na Rádio, em 2001. Foi entrevistado no estúdio da emissora e fez um *show* gratuito no bairro São Benedito.

Prevenção de acidentes no trânsito

Também em 2001, a Mega realizou uma campanha para a prevenção de acidentes e mortes no trânsito. Sobre o tema, foram divulgadas informações pela emissora, que incluíam cuidados no trânsito, como atravessar a rua usando a faixa de pedestres e a direção defensiva de automóveis. A Settra foi convidada para ouvir sugestões e, a partir delas, se possível, realizar mudanças quanto à localização de pontos de ônibus na região e para auxiliar na organização do curso, constituído de aulas às quais compareceram crianças e adolescentes.

Junto à mobilização internacional pela solidariedade

Entre outras atividades, em 2002, a Mega e a Posse de Cultura Hip-Hop Zumbi dos Palmares participaram da organização de mini-fóruns contra a discriminação, realizados em escolas públicas. Esses eventos foram preparatórios

para a Conferência Municipal Contra a Discriminação. Integrantes da Mega e da Posse também organizaram e participaram da Conferência, que ocorreu em Juiz de Fora, nos dias 9 e 10 de dezembro.

As entidades contribuíram, ainda, para a organização e participaram do Encontro Preparatório (ao FSR), realizado em Juiz de Fora, nos dias 19, 20 e 21 de julho, e do Fórum Social Regional, que também ocorreu em JF, entre os dias 13 e 15 de dezembro de 2002. Ambos reuniram palestras, debates, oficinas e apresentações artísticas, sob o tema da globalização da solidariedade e foram eventos preparatórios ao Fórum Social Mundial, cuja terceira edição ocorreu entre 23 e 28 de janeiro de 2003, em Porto Alegre (RS), à qual compareceram cerca de cem pessoas de Juiz de Fora.

Luta pela cidadania

Em 3 de fevereiro de 2003, a Mega FM e a Posse de Cultura Hip-Hop Zumbi dos Palmares estiveram presentes na posse de Nair Guedes (PCdoB) como vereadora, na Câmara Municipal de Juiz de Fora. Nair, que conheceu o estúdio da Mega em maio, em uma entrevista, foi a única mulher da legislatura (2001-2004). Ela assumiu a vaga deixada por Gabriel dos Santos Rocha, o Biel, do PT, que se elegeu deputado estadual, em 2002.

Entre as poucas mulheres citadas como presentes no evento estava Adenilde Petrina Bispo, da Mega FM, e, entre os convidados a ocupar as primeiras filas do plenário, Waldir de Freitas Nascimento (o Eré), da Posse Zumbi dos Palmares.

Após cerca de um mês, Eré e um colega de escola organizaram uma festa para marcar o Dia Internacional da Mulher, realizada no 8 de março de 2003, na Praça Maria Elídia, no bairro São Benedito. Na ocasião, ele apresentou um rap que compôs, contando a história da data e da luta feminista contra a discriminação.

Ainda em março de 2003, com apoio da Rádio, Marcellinho DJ e Joguinho DJ, que tinham programas na emissora, realizaram um festival de MC's. O regulamento do festival mostrou o resultado do trabalho da Mega, que buscava, entre outros objetivos, acabar com a discriminação e afastar os garotos do tráfico e consumo de drogas que ocorrem na região, como em outros bairros da periferia de cidades de médio e grande porte.

Constou do regulamento do Festival de MC's: "É proibido: - Falar de Terceiro Comando, Comando Vermelho, TC, ADA, CV, PCC ou qualquer outra facção. – Falar de maconha, cocaína, crack ou qualquer outra droga. – Falar palavrões. – Falar mal de outra galera, provocar outra galera e demais coisas deste tipo. – Discriminar pessoas (Tipo: chamar mulher de cachorra, vadia, etc.)"⁸.

⁸ As siglas são de grupos que atuam junto ao tráfico de drogas e têm os seguintes significados: TC é Terceiro Comando, ADA é Amigos Dos Amigos, CV é Comando Vermelho e PCC (conhecido nacionalmente como Primeiro Comando da Capital) é Primeiro Comando da Candinha, em referência ao nome do bairro, Santa Cândida.

A ação da Mega pela cidadania e seus resultados também são percebidos na cobertura e apoio à luta contra a antena de celulares instalada próxima ao muro da Escola Municipal Santa Cândida. Com a confirmação de nove casos de câncer entre funcionários e alunos da escola, aumentaram as suspeitas de que o excesso de radiação teria relação com a incidência da doença. Em 2003, em toda a cidade, cresceu a mobilização contra a antena no Santa Cândida e a favor de uma legislação que regule a instalação desse equipamento.

Entre outras ações, houve no bairro uma passeata contra a antena, que teve à frente a Escola do Santa Cândida, a qual chegou a ser fechada por causa da antena. Depois de três anos de luta, o movimento conquistou um acordo para a remoção da antena de celular instalada, irregularmente ao lado da escola, onde estudam mais de 800 alunos.

A Rádio Mega divulgou informações e entrevistas, estando representada em eventos sobre o assunto, que foram realizados no município, principalmente pela atuação do Comitê de Cidadania – Comissão Justiça e Paz, Arquidiocese de Juiz de Fora – e da Universidade.

Seminário e Festa da Mega

No dia 1º de junho de 2003, um domingo, das 8 às 17 horas, em uma chácara alugada, foi realizado o Primeiro Seminário da Mega. A organização geral foi de Adenilde, que contou com colaborações diversas. Durante as duas semanas anteriores, foi passada uma lista na emissora para que integrantes da entidade confirmassem sua participação. Estavam presentes 28 pessoas, entre mulheres e homens, de idades (de 13 a 58 anos), profissões, crenças, idéias e bairros variados (participavam da Mega, pelo menos, moradores de Santa Cândida, São Benedito e Vila Alpina – bairros vizinhos).

A jornalista Bianca Aparecida Lima Costa coordenou um debate sobre como aquelas pessoas se viam e viam seu bairro nos meios de comunicação de massa. As respostas e comentários davam conta de que elas não se viam em grandes jornais, rádios e TVs; também apontaram que muitas vezes, quando isso ocorria, o bairro de cada um estava ligado à violência e ao crime, dando a impressão de que era apenas isso que acontecia ali. A situação era ainda pior quando se tratava de negros e mulheres, que eram discriminados, tratados como bandidos e serviçais. Quanto às crianças e jovens, ou não tinham espaço nos meios massivos ou esses empurravam-lhes goela abaixo funks e músicas que eles não queriam.

Essa avaliação, aqui resumida – que incluiu a análise de que eles não podem opinar sobre as idéias divulgadas na mídia e que, quando isso é possível, acontece só pela internet, o que de maneira geral os exclui novamente -, vai ao encontro do que apontam Maria Otilia Bocchini (1982), Ana Arruda Callado e Maria Ignez Duque Estrada (1986).

Outros debates ocorreram naquele dia, que terminou com encaminhamentos sobre a organização da festa de seis anos da Mega no ar, ocorrida em 19 de junho de 2003.

Investida oficial contra a comunitária de verdade

Com apoio do Grêmio Estudantil Cândido Motta Filho, da Renovação Negra, Feafro (Fórum de Entidades Afrodescendentes), Escola de Cidadania – UFJF – e do Batuque Afro Brasileiro Nelson Silva, a Mega e a PZP tiveram a iniciativa e realizaram o Agosto Negro, uma série de palestras e debates – sobre cotas, ações afirmativas e a situação do negro na sociedade – e apresentações de hip-hop. Os eventos ocorreram em cerca de vinte dias de agosto de 2003, principalmente em escolas de bairros da periferia de JF, o que foi bastante divulgado e discutido em programas da emissora.

Nesse momento, em meio a um clima de satisfação, euforia e trabalho, no dia 14 de agosto, fiscais da Anatel estiveram na Rádio, lacraram o transmissor e emitiram um auto de infração e um termo de interrupção de serviço. Choros, protestos, reza, ações políticas, judiciais e muita discussão foi o que se seguiu, pelos próximos 16 dias, quando em reunião se decidiu pela reabertura da Mega, com horário reduzido. O encaminhamento foi não mexer no lacre e passar a funcionar com outro transmissor. Diante da investida da Anatel, os debates e ações dos participantes da emissora quanto à municipalização da lei das comunitárias tornaram-se mais intensos.

Em defesa dos direitos humanos

Em 2004, entre outros acontecimentos, foram colocadas no ar vinhetas feitas por pessoas da emissora sobre eleições. As vinhetas se referiam a cenas da vida de cidadãos comuns – da igreja, marido e mulher, jovens reunidos. Em uma delas, por exemplo, alguém contava que trocava seu voto por um jogo de camisa de futebol; discutia-se então o assunto, afirmando-se a importância de votar consciente, de não vender o voto.

Outra empreitada, a organização do Juiz de Fora nos Trilhos da Paz, também envolveu, praticamente durante todo o ano, membros da Mega e da PZP. Resumidamente, o projeto visa à redução da violência e à contribuição para o exercício da cidadania, a partir de cursos de hip-hop, capoeira e outras atividades culturais, voltadas a alunos de escolas públicas, dos bairros da cidade. Idealizado por Eré, assumido pela Prefeitura, o JF nos Trilhos da Paz passou a contar com verba do Governo Federal.

Para verificar a situação e dar encaminhamentos ao JF nos Trilhos da Paz, em setembro, estive em Juiz de Fora Mariléia Venâncio Porfírio, da UFRJ, com a qual a Secretaria Especial de Direitos Humanos, do Governo Federal, fez um convênio para o acompanhamento desse projeto. No sábado, dia 18 de setembro, após uma reunião do projeto, Mariléia esteve na Mega. Ela foi entrevistada por Aici, no programa Som das Quebradas. Elogiou o trabalho da Rádio e afirmou que o JF nos Trilhos da Paz

iria valorizar e trabalhar em conjunto com iniciativas como essa, já existentes nos bairros.

História da Mega apresenta possibilidades do exercício da cidadania

Como pode ser percebido, a história da Mega FM, desde seu início, é feita pela comunidade, de maneira coletiva, democrática e autogestionária. Nela verificamos possibilidades do exercício da cidadania, a saber: receber, como participante, informação sobre os seus direitos e conscientizar-se sobre a importância de se garantir que sejam respeitados; ter alguma forma permanente de participação; ser uma nova prática de comunicação, com participação popular; criar canais para a participação e mantê-los desobstruídos; apresentar mobilização dos setores populares que assumem papel protagonista e são criadores de suas próprias soluções; possibilitar o acesso ao poder de comunicar.

Essa forma de se organizar da Mega FM contribuiu para o exercício da cidadania das pessoas que participaram da emissora. Tal atuação teve o reconhecimento de moradores da Zona Leste e também foi reconhecida pela Câmara Municipal, UFJF, Sindicato dos Jornalistas, Conselho de Valorização da População Negra, Movimento Gay de Minas e GRSP (entidade internacional de prevenção a acidentes de trânsito), que premiaram e se manifestaram em favor da Mega. Apesar dessa história construída coletivamente pela comunidade e do reconhecimento de sua importância por instituições do município, da esfera federal e outras, a Mega não conseguiu autorização do Governo para funcionar. A busca pela legalização da emissora foi, sem dúvida, um importante exercício de organização pela defesa de direitos.

Referências

- BISPO, Adenilde Petrina. Entrevistas concedidas à pesquisadora. Juiz de Fora, 18 e 20 de maio de 2003.
- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro, Campus, 1992.
- BOCCHINI, Maria Otilia. Omissão das “classes subalternas” e da América Latina nas notícias diárias de quatro jornais paulistanos. *Ideologia, cultura e comunicação n Brasil*, São Paulo, Instituto Metodista de Ensino Superior, Centro de Pós-graduação, 1982, p. 21-47.
- CALLADO, Ana Arruda e ESTRADA, Maria Ignez Duque. *Como se faz um jornal comunitário*. 2 ed., Petrópolis, Vozes, 1986.
- CARR, Edward Hallett. *Que é história?* 5 ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade – e outros escritos*. 3 ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

-
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7 ed., Rio de Janeiro, DP&A, 2002.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 6 ed., São Paulo, Paz e Terra, 2000.
- KAPLÚN, Mario. *Comunicación entre grupos: El método del cassette-foro*. Bogotá, Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo, 1984.
- LAHNI, Cláudia Regina. *Possibilidades de cidadania associadas à rádio comunitária juizforana Mega FM*. São Paulo, ECA-USP, Tese de Doutorado em Ciências da Comunicação, 2005.
- PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. *Comunicação nos movimentos populares: A participação na construção da cidadania*. 2 ed., Petrópolis, Vozes, 1999.
- _____. Ética, liberdade de imprensa, democracia e cidadania. *Revista brasileira de ciências da comunicação*. Intercom, CNPq, São Paulo, volume XXV, nº 2, julho/dezembro de 2002, p. 71-88.
- _____. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. In: OLIVEIRA, Maria José da Costa (org.). *Comunicação pública*. Campinas, Alínea, 2004, p. 49-79.